

**REFORMA URBANA NO
BRASIL: inquietações e
explorações acerca de sua
construção enquanto campo
e enquanto política**

Ana Fernandes



Introdução

Buscando compreender a conjuntura polarizada por reformas que caracteriza a virada do século XIX para o XX na França, a obra seminal dirigida por Topalov (1999), reunindo vários autores, traz à tona uma perspectiva analítica complexa da reforma social na França, problematizando configurações e ações de uma rede de entidades, associações, instituições e congressos¹. Fazendo confluir diferentes perspectivas sociais e políticas, essa rede constitui, para o autor, os chamados “laboratórios do novo século”, seja em termos políticos e institucionais, seja em termos profissionais ou científicos. Conforma-se então um campo reformador², caracterizado, a partir de sua morfologia, por sua autonomia e propriedades intrínsecas e, nessa condição, com duração precisa, entre 1880 e 1914. Mesmo se o autor reconhece que reformadores continuarão a existir, sua existência, no entanto, será de outra natureza, heterônoma e imbricada com a burocracia pública.

Inspirador como princípio analítico, o campo reformador é aqui entendido como possível de tensionar e fertilizar a compreensão de outras conjunturas, explorando inclusive homologias assíncronas do processo³. Ou seja, cinquenta anos depois, como entender – embora sem pretensão de exaurir a questão no âmbito do presente artigo, ainda de caráter exploratório – a conjugação de sujeitos e ações em torno da reforma urbana no Brasil reformista nos anos 1960?

Para circunscrever essa problemática, utilizamo-nos ainda da construção braudeliiana dos tempos históricos, mais especificamente o tempo conjuntural e o tempo breve. Este, familiar à história política tradicional, referente ao indivíduo e ao acontecimento, “habitou-nos, há muito, a seu relato precipitado, dramático, de fôlego curto” (BRAUDEL, 1965, p. 263). Mas, sobretudo com a história econômica, “uma nova forma de relato histórico aparece, chamemo-lo o ‘recitativo’ da conjuntura, do ciclo, até mesmo do ‘interciclo’, que propõe à nossa escolha uma dezena de anos, um quarto de século e, no extremo limite, o meio século do ciclo clássico de Kondratieff” (BRAUDEL, 1965, p. 266).

¹ São assim estudados o Museu Social, a Sociedade de Economia Social, a *Revista de Economia Política*, a rede Albert Thomas, a Sociedade Geral das Prisões, os Congressos de Assistência, a Sociedade dos “Visiteurs”, a Sociedade Francesa de Habitação a Preços Módicos, a Associação Geral dos Higienistas e Técnicos Municipais, as redes de Previdência Social e de Proteção do Trabalho, assim como a rede da Secretaria do Trabalho.

² Segundo o autor, ele retoma Bourdieu de forma livre, definindo o campo reformador como “um sistema autônomo de posições, atores e instituições, organizado por embates e relações internas específicas” (TOPALOV, 1999, p. 461-462, tradução livre).

³ “... a noção de reforma remete a categorias historiográficas britânicas e norte-americanas. Uma elaboração local [francesa] do modelo pode contribuir para um modelo comparativo mais vasto, trazendo à luz traços do campo do qual se poderiam procurar os homólogos em contextos políticos, administrativos e culturais *contemporâneos* muito diferentes”. (TOPALOV, 1999, p. 463, grifo nosso, tradução livre)

Isso significa dizer que o caminho a ser aqui percorrido combina recitativo da conjuntura e relato dramático, motivo pelo qual três serão os itens em que se estrutura o presente texto: a elaboração e difusão da ideia de reformas como política e seus embates com a ideia de revolução; a conjuntura buliçosa dos anos 1950 e 1960 no Brasil; e a aliança formada entre diversos campos políticos, profissionais e de conhecimento, insinuando o que poderíamos chamar de construção de um campo da reforma urbana no contexto brasileiro.

Embates revolução/reforma e campos sociais e políticos em movimento

A construção das reformas como pauta política reconhecida e atuada por diversos setores e segmentos sociais e a elaboração de alternativas efetivas para sua implementação, especificando conteúdos, em contextos políticos que possam favorecê-las em maior ou menor intensidade, já parecem indicar, *per se*, a complexidade das dimensões temporais envolvidas, sobretudo quando temos em perspectiva a existência de formações econômico-sociais interconectadas, mas radicalmente distintas em sua história, seus sujeitos e suas racionalidades e ideários.

Um grande embate entre as ideias de reforma e de revolução marca o cenário de países da Europa Ocidental, sobretudo na virada do século XIX para o XX, a partir da crescente e enfática construção, problematização e difusão de horizontes de transformação social e política e da organização dos trabalhadores em partidos e associações internacionais⁴. Na mesma medida, as reformas são vistas como elementos centrais da afirmação burguesa em curso, que também já operava de forma intensamente internacionalizada, tendo como contraponto novas relações de força e a ameaça da revolução social.

Já em 1875, em sua Crítica ao Programa de Gotha, Marx analisa severamente a proposta de programa do Partido Operário Alemão, encabeçada por Lassalle, no qual aponta diretrizes limitadas para a reforma do Estado. Segundo o autor, elas estariam inseridas numa panaceia universal de compreensão de ajuda aos trabalhadores. Por um lado, criticava a acanhada pauta de reivindicações do Partido, relativas ao modo como se concebia educação popular, limitação do trabalho de mulheres e crianças, jornada de trabalho, supervisão estatal da indústria fabril, oficial e doméstica, regulamentação do trabalho em reclusão, lei de responsabilidade civil, inclusive reconhecendo que muitas das propostas já eram parte da realidade em outros países, como Suíça, EUA, Alemanha. Por outro lado, denunciava o fato de elas virem descoladas de uma das tarefas democráticas da classe operária:

⁴ Desde a Associação Internacional de Trabalhadores, ou Primeira Internacional (1864-1876).

a de reivindicar um estado plenamente democrático, “última forma de estado da sociedade burguesa” (MARX, 1890-1891/1982)⁵, em direção à revolução proletária.

Mas a possibilidade de uma transição mais pacífica para o socialismo era também explorada, com a construção política de alternativas, sobretudo pelos socialdemocratas. Uma série de artigos sobre problemas do socialismo, publicados entre 1896 e 1898 por Eduard Bernstein, bem como seu livro *Os pré-requisitos para o socialismo e as tarefas da social democracia*, de 1899, ao buscarem formular teoricamente essa alternativa, reacendem o debate em torno da questão. Tendo anteriormente estado muito próximo do marxismo, tratava-se agora para ele de explorar e implementar as instituições democráticas – emergindo em vários países, embora timidamente – que limitavam os privilégios burgueses, graças à vitalidade dos movimentos trabalhistas. (BERNSTEIN, 1899/1993). Além disso, concordava com a teoria da expropriação progressiva de Conrad Schmidt, segundo a qual as transformações legais restringiriam cada vez mais os direitos dos capitalistas, tornando-os meros administradores (LUXEMBURGO, 1900/1986). Opondo-se portanto à ideia de se estar no limiar de um colapso iminente da sociedade burguesa, Bernstein defendia que o processo de tomada do poder pelos trabalhadores poderia então ser pensado por meio de reformas sucessivas e ampliadas, ancoradas nos sindicatos e na democratização política do Estado, evitando-se as catástrofes políticas⁶ – ou as revoluções – consideradas no Manifesto de 1848 (BERNSTEIN, 1899/1993).

Essa formulação de estratégias para superação gradual do capitalismo será entendida pelos adeptos do marxismo como revisionismo, oportunismo, reformismo ou possibilismo. Esses termos vão permear as discussões e disputas políticas em torno das teorias de emancipação social e dos métodos para alcançá-la, em grande medida inseridas nas atividades desenvolvidas pela Segunda Internacional, particularmente em seu quinto congresso, em 1900, em Paris⁷.

⁵ O texto original foi escrito em abril-maio de 1875 e publicado (com omissões) na revista *Die Neue Zeit*, Bd. 1, n. 18, 1890-1891. O texto citado foi publicado segundo o texto do manuscrito, confrontado com o da revista e traduzido do alemão.

⁶ “Quanto mais as instituições políticas das nações modernas forem democratizadas, mais a necessidade e a oportunidade de grandes catástrofes políticas serão reduzidas. Qualquer um que defenda a teoria da catástrofe deve aproveitar todas as oportunidades para resistir e restringir o desenvolvimento que delineei, apoiantes desta teoria já o fizeram. Mas o proletariado deve tomar o poder apenas por meio de uma catástrofe política? E isso significa a apropriação e o uso do poder do Estado exclusivamente pelo proletariado contra todo o mundo não proletário?” (BERNSTEIN, 1993, p. 3, tradução livre). Na publicação, em 1909, do livro *Evolutionary Socialism: a Criticism and Affirmation*, o autor reforça e desenvolve essa perspectiva.

⁷ A Segunda Internacional (1889-1916) ou Internacional Socialista buscou reorganizar e orientar a ação internacional dos trabalhadores, tendo reunido, em seu quinto Congresso, em 1900, 922 delegados de 22 países, essencialmente europeus (nos quais se destacam, com as cinco maiores participações, a França, com 600 delegados, a Grã-Bretanha, com 95, a Alemanha, com 57, a Bélgica com 37 e a Rússia com 24). Fora do continente europeu, compareceram apenas os Estados Unidos, com seis delegados e a Argentina, com um (INTERNATIONAL SOCIALIST CONGRESS, 2018).

Rosa Luxemburgo, estabelecendo um diálogo direto com Bernstein, inicia seu livro *Reforma ou Revolução* (1900/1986) colocando as seguintes questões:

À primeira vista, o título deste livro pode parecer surpreendente. Reforma social ou revolução? Pode, portanto, a socialdemocracia opor-se às reformas sociais? Ou pode impor a revolução social, a subversão da ordem estabelecida, que é o seu objetivo social último? Evidentemente que não. Para a socialdemocracia, lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é a única maneira de engajar a luta da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a socialdemocracia vê um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim. (LUXEMBURGO, 1900/1986)

Ao longo do texto, ela se contrapõe obstinadamente à compreensão da superação progressiva do capitalismo em direção ao socialismo, como o fazem Bernstein e Schmidt. Critica ainda a confusão que ambos fazem entre legislação social, controle social e socialismo, uma vez entende que controle social não tem relação com participação no direito de propriedade.

Ironicamente, considera que “a melhor das leis de proteção operária tem mais ou menos tanto socialismo como as disposições municipais de limpeza das ruas e o acendimento dos bicos de gás – que também revelam o ‘controle social’” (LUXEMBURGO, 1900/1986). Ou ainda, compara Bernstein a Fourier – este, para ela, teria a intenção de transformar, pelos falanstérios, a água do mundo em limonada: “a ideia de Bernstein de transformar, despejando progressivamente no mundo garrafas da limonada reformista, o mar da amargura capitalista em água doce socialista, é talvez menos original mas não menos fantástica” (LUXEMBURGO, 1900/1986).

Em sentido contrário da argumentação por eles defendida, Luxemburgo reconhece a acentuação brutal da exploração capitalista do trabalho e o controle do Estado que se faz cada vez mais em função dos interesses de classe. Ou seja, “a organização política e as relações de propriedade” ou “a organização jurídica do capitalismo, se tornam cada vez mais capitalistas, e não cada vez mais socialistas” (LUXEMBURGO, 1900/1986).

Dessa forma, permanece e deve permanecer a luta pela tomada do poder, uma vez que “as reformas sociais são e continuarão a ser, em regime capitalista, nozes ocas”, produzindo desilusão (LUXEMBURGO, 1900/1986). Embora se entenda que esse revisionismo se diferencia dos economistas burgueses uma vez

que reconhece as contradições próprias do capitalismo, a questão está em que ele não buscava suprimi-las, buscando que fossem apenas atenuadas, pela melhoria das condições de vida do proletariado, por um controle social crescente e pelo progresso da democracia. O revisionismo, portanto, transformaria o movimento operário “numa simples associação corporativa reformista, conduzindo-o automaticamente a abandonar a perspectiva de classe” (LUXEMBURGO, 1900/1986).

Para a autora, é equivocado compreender que o quadro legal das reformas tenha força motriz própria, sem relação com a revolução: elas se interalimentam.

A reforma legal e a revolução não são métodos diferentes do progresso histórico que se possam escolher à vontade como se se escolhessem salsichas ou carnes frias para almoçar, mas fatores diferentes da evolução da sociedade classista, que se condicionam e completam reciprocamente (LUXEMBURGO, 1900/1986).

No mesmo sentido, Lenin, em texto publicado em 1913, reconhece que a luta por reformas é parte da ação dos marxistas⁸, buscando melhorias para os trabalhadores no quadro da sociedade burguesa. Mas, por entender que o reformismo significa optar por uma política social burguesa, “ao mesmo tempo, os marxistas travam a luta mais enérgica contra os reformistas, que direta ou indiretamente limitam as aspirações e a atividade da classe operária às reformas” (LENIN, 1913/1986).

Mas, também no campo da afirmação burguesa, iniciativas reformistas foram tomadas em sentido contrário à possibilidade de confronto, colocando como perspectiva a reconciliação entre capital e trabalho. Ideia desenvolvida no belo trabalho de Elwitt (1980) sobre o Museu Social⁹, no qual o autor aponta e analisa diversos de seus aspectos no que tange à busca de reformas e mecanismos de gestão social que possibilitassem associação e cooperação entre capital e trabalho. Reforma e gestão social dos conflitos consistiam em faces de um mesmo processo. Assim, produzir paz social e combater o socialismo eram resultado

⁸ Diferentemente dos anarquistas, como ele faz questão de sublinhar. (LENIN, 1986 [1913]) A Segunda Internacional tendeu a excluí-los, levantando um debate sobre socialismo libertário e socialismo autoritário. (SECOND INTERNATIONAL, 2018)

⁹ O Museu Social, criado em 1894, em Paris, derivou da seção de economia social da Exposição Universal de 1889 e estava dividido em sete seções: saúde pública urbana e rural; agricultura; associações (sindicatos e cooperativas); mutualismo; instituições paternais; lei; pesquisas e inquéritos, nacionais e estrangeiros (ELWITT, 1980). Herdeiro intelectual de Le Play, árduo defensor da paz social, Emile Cheysson, que foi um dos protagonistas do Museu, considerava que se “deveria estar de acordo com o espírito democrático que domina nosso país, exibindo o que chamamos de ‘maquinaria social’ da oficina, ou seja, medidas tomadas para melhorar as condições dos trabalhadores e para assegurar sua cooperação com o patrão” (CHEYSSON, 1889 apud ELWITT, 1980, p. 5, tradução livre).

da compreensão de que “o espectro do socialismo e sindicalismo, de greves incontroláveis, produziu um esforço determinado para promover alternativas ao coletivismo e à intervenção do Estado”. Por exemplo, na questão da habitação: “queremos combater ambos, miséria e socialismo, queremos erigir fortalezas de ordem, moralidade, moderação política e social? Então, vamos construir vilas operárias!” (SIEGFRIED, [s/d] apud ELWITT, 1980, p. 439-440, tradução livre).

Assim, tanto o conceito de economia social, que abordava a questão do trabalho a partir dos interesses proprietários (ELWITT, 1980), quanto a busca de separação entre “reformas sensíveis e melhorias realizáveis” e “utopias vãs e ilusões perigosas” (LA RÉFORME, 1894, apud ELWITT, 1980, p. 445) confluíam na ênfase dada à associação, mutualismo, cooperação e solidariedade. A propósito, esta última se tornou, no final do século XIX, um “*slogan* para os reformadores antissocialistas e defensores da ordem” (ELWITT, 1980, p. 442). Dessa forma, no Museu foram discutidos e praticados princípios que pudessem traduzir essa orientação, disputando o espaço político e traduzindo-o em alternativas de associação entre capital e trabalho, numa espécie de capitalismo esclarecido. Iniciativas e ações relativas a patrocínio e filantropia, educação e habitação, círculos e conferências populares, cooperativas, bancos populares e crédito popular floresciam como elementos importante da disputa estabelecida particularmente com as opções oferecidas pela Segunda Internacional e partidos socialistas (ELWITT, 1980).

Esse conjunto de proposições, disputas e dilemas sobre possíveis horizontes sociais e políticos continuará a pautar princípios e ações durante o século XX¹⁰. Diversas serão as repercussões, debates e realizações que daí derivam, interrogando diretamente a questão urbana e o urbanismo.

Reformismo, cidade e urbanismo

A questão das reformas integrou de forma crescente as transformações societárias presentes no século XIX, tendo a complexa conjuntura de 1848 marcado uma virada em termos de compreensão sobre seu alcance possível ou sobre os limites necessários a serem colocados à cidade meramente liberal (BENÉVOLO, 1975/1983). A ação do Estado, ancorada em compromissos estabelecidos com e entre proprietários e empresários e sempre tensionada pelos movimentos dos trabalhadores e pobres urbanos, passa a incorporar, diretamente ou via ações legislativas, reformas

¹⁰ Sem dúvida, a Revolução Russa de 1917 e as diversas iniciativas que a ela se seguem, inclusive no que se refere às políticas dedicadas às cidades, alteram substantivamente o quadro de referência conceitual e político da transformação social. Infelizmente, o recorte do presente artigo é incapaz de dar conta dessa importante discussão, apenas retomando-a em aspectos específicos, como no caso da Revolução Cubana.

que abarcam diferentes dimensões da vida em sociedade e pautam tanto socialistas de diversos feitios quanto liberais. Reformas políticas, trabalhistas, civis, educacionais, legais, tributárias, sanitárias se constituíram em bandeiras de movimentos políticos e sociais diversos. Particularmente na Inglaterra, mas também em diversos outros países, como França, Alemanha, Estados Unidos, uma série de mudanças – ou reformas – é implementada, combinando novas racionalidades de acumulação do capital, ampliação da participação política em alguns processos decisórios e embates ferrenhos por alargamento de direitos por parte dos trabalhadores e oprimidos de forma geral. No Brasil, em contexto ainda escravista, diversas perspectivas de transformação social são também apontadas, inclusive a abolicionista¹¹.

Portanto, para além dos debates entre reforma (de diferentes perfis) e revolução e das estratégias para transformação social em direção ao socialismo ou ao capitalismo esclarecido, mas compondo a mesma conjuntura de redefinição de lógicas sociais e políticas e de relações de forças e de direitos, as reformas entranharam diversas iniciativas de governos distintos, em vários níveis, intensificadas na virada para o século XX.

Assim, a cidade como objeto de reforma integra a pauta de ação política, legislativa e administrativa, tendo por base uma ação forte do Estado, em vários níveis, mais ou menos progressista. Importa ressaltar três elementos de base para essa ação.

Primeiro, várias das pautas que incidem diretamente sobre a questão urbana, como a reforma social e a reforma fundiária, entre outras, estão sendo internacionalmente discutidas – congregando majoritariamente os países europeus, é bem verdade –, criando inspirações, sintonias ou disputas nos vários congressos da Segunda Internacional que se sucedem na virada do século XIX para o XX¹². Trata-se de um lugar de internacionalização de ideias.

Emerge, portanto, em segundo lugar, a ênfase dada à questão dos limites a serem impostos à ação da iniciativa privada, visando garantir, de forma ambígua, como programa liberal e como programa socialista, a plenitude de funcionamento das novas racionalidades exigidas pela economia e pela política. Função da submissão

¹¹ Analisando as ideias socialistas em circulação na cidade do Rio de Janeiro de meados do XIX, entre os anos 1820 e 1870, nas quais menciona aquelas dos reformadores sociais, FRIDMAN (2017) aponta algumas de suas problematizações. “Levando em conta as demandas da população, os homens de “boa vontade” - os socialistas, incluindo os reformadores sociais e os humanistas cristãos - recomendavam a “higiene para o povo”, o progresso, a racionalidade aliada à estética e à “utilidade”, a abolição da escravatura, a emancipação dos pobres, a monarquia constitucional (ou mesmo a república), a colonização, a homeopatia, os direitos das mulheres, a demarcação das terras indígenas, o descanso aos domingos e a transformação social.” (FRIDMAN, 2017, 15)

¹² Paris (1889), Bruxelas (1891), Zurich (1893), Londres (1896), Paris (1900), Amsterdã (1904), Stuttgart (1907), Copenhague (1910), Basileia (1912). Carone (1991), apesar de fazer referência a todos eles, se debruça especificamente sobre os dois primeiros.

dos interesses vinculados à propriedade ou posse da terra às formas de acumulação dominantes – ou seja, uma nova correlação de forças entre rentistas fundiários e capitalistas burgueses –, acompanha esse processo a incorporação crescente da chamada reforma fundiária (GUNN, 2009, p. 27), reunindo socialistas e liberais, na qual os princípios que regem a propriedade fundiária deveriam ser revistos e, a depender do entendimento adotado, variava entre tributação limitada até a sua completa socialização¹³.

Por fim, teorizações e experiências de socialismo municipal – amplamente combatidas pelos militantes revolucionários por sua limitação à esfera local e, portanto, anti-internacionalistas – trazem fôlego às possibilidades de reforma urbana como perspectiva de transformação social. Sucintamente, trata-se de doutrina germinada no fim do século XIX, ancorada em ideias de coletivismo, socialização gradual da propriedade¹⁴ e serviços públicos municipalizados, além de ser “uma corrente de pensamento que tende a fazer da Comuna [municipalidade] o laboratório da vida econômica e da vida política descentralizada” (DROIN, 2015, p. 167).

Confluindo várias dessas proposições e não por acaso, a primeira edição do clássico livro de Howard, publicada em 1898, traz como título *To-morrow: a peaceful path to urban reform* (ou Amanhã: um caminho pacífico para a reforma urbana), explicitando a água doce socialista à qual se referia Rosa Luxemburgo. No contexto inglês de ebulição de ideias reformistas e defendendo os princípios do socialismo municipal, Howard, vinculado à Sociedade Fabiana¹⁵ reafirma, com

¹³ É interessante ver, por exemplo, em termos de tributação limitada, a iniciativa de Lloyd George, do Partido Liberal Inglês e membro da Câmara dos Comuns – que viria posteriormente a ser primeiro-ministro –, propondo, em 1909, uma lei intitulada Orçamento do Povo. Aprovada em 1910, ela é por ele justificada como um orçamento de guerra, em luta implacável contra a pobreza, a miséria e a degradação humana. (GEORGE, 1909 apud PEOPLE’S BUDGET, 2018) Ele estava baseado no aumento de tributação em vários setores, dentre os quais se destacavam alíquotas crescentes sobre o imposto de renda e, sobretudo, um imposto de 20% sobre a valorização da terra quando de sua venda ou transmissão. Já o estadunidense Henry George acreditava que a terra deveria ser socializada, sendo o seu valor dividido igualmente na sociedade. A taxação fundiária seria um dos limites a serem colocados a esse tipo de propriedade. Para ele, “desta forma, o Estado pode tornar-se o senhorio universal sem se considerar como tal e sem assumir nenhuma função nova. Na forma, a propriedade da terra permaneceria como agora. Nenhum proprietário de terra precisa ser desapropriado, e nenhuma restrição precisa ser feita sobre a quantidade de terra que qualquer um poderia ter. Pois, sendo a renda tomada pelo Estado em impostos, a terra, não importa em que nome se encontrava, ou em que parcelas ela era ocupada, seria propriedade comum e todos os membros da comunidade participariam das vantagens de sua propriedade.” (GEORGE, 1935)

¹⁴ Essa concepção é amplamente discutida nos quadros da Primeira Internacional ou Associação Internacional de Trabalhadores, em seus congressos de 1868 e 1869, proposta, entre outros, pelo filósofo, médico e militante belga Cesar de Paepe (1841-1890). Droin (2015) acredita que ele “seja o primeiro a ter verdadeiramente teorizado o socialismo municipal, sem, no entanto, ter utilizado a expressão” (DROIN, 2015, p. 169-170).

¹⁵ Sobre a relação entre o Movimento da Cidade Jardim, seus princípios, suas relações com a Sociedade Fabiana e o contexto social e político no qual se desenvolveu, ver o estimulante e referencial trabalho de Gunn (2009).

aquele título, sua vinculação ao ideário bernsteiniano¹⁶ e georgiano¹⁷, pugnando por reformas do capitalismo e por caminho pacífico para a transição societária. Na França, Benoit-Lévy – após visita a Londres em 1903, em missão do Museu Social, para conhecer a experiência das cidades-jardins inglesas – publica *La Cité-Jardin*. O livro, para Choay (1979, p. 171), expressa “o aspecto paternalista das propostas francesas, ligadas a uma concepção estreitamente capitalista da produção industrial” e está distante do “espírito culturalista e da visão comunitária que caracterizam a cidade de Ebenezer Howard”, construindo “uma espécie de cidade de criação, verde e higiênica, destinada a obter dos operários que ali moram o melhor rendimento possível”.

Por sua vez, diversas experiências de gestão municipal, muitas vezes em governos que, a depender da conjuntura e do programa, associavam liberais e socialistas, adotavam elementos reformistas em seu programa. Assim, clamores e demandas de controle público total ou parcial do solo urbano, produção pública de habitação, controle público de serviços urbanos essenciais (água, gás, telefone, transporte coletivo), planos de expansão para guiar o desenvolvimento das cidades, criação de cooperativas, crédito popular, privilégio da experiência municipal e controle social se combinam de diversas maneiras nas bandeiras reformistas para fazer frente aos desafios colocados pela cidade e pelas novas forças sociais e políticas em ação.

A expansão desse programa, no período entreguerras, para o governo de diversas cidades, sobretudo europeias, possivelmente acelerada pelo processo da revolução soviética, associava reformas sociais e urbanas e estava ancorada na ideia de promoção do bem-estar social, ainda que de forma limitada e com diferentes nuances políticas¹⁸ (COHEN, 2013).

Na medida em que grande parte das questões e problemas gerados pela cidade capitalista permanece como pauta não resolvida – inclusive aprofundando-os –, esse conjunto de ideias, reflexões, reivindicações, experiências, estruturas, estratégias, agentes¹⁹, embates, polarizados pelos princípios do reformismo e

¹⁶ Após ser forçado a sair da Suíça, Bernstein vai para Londres, onde “sua relação com Engels rapidamente evolui para amizade. Ele também manteve contato com diversas organizações socialistas inglesas, em particular a Sociedade Fabiana e a Federação Social Democrata de Henry Hyndman” (EDUARD BERNSTEIN, 2016).

¹⁷ Henry George visitou a Inglaterra entre 1881 e 1882 e “suas atividades despertaram grande interesse público sobre a reforma fundiária” (GUNN, 2009).

¹⁸ Uma exposição dedicada à Cidade do Bem-Estar foi realizada em Stuttgart, em 1927 (COHEN, 2013).

¹⁹ A notar ainda que esse contexto propicia o surgimento de novas profissões, dentre as quais a de urbanista. O próprio urbanismo – ou planejamento de cidades –, seu ensino profissional e medidas reguladoras específicas sobre o campo emergem concomitantemente enquanto nomeação de uma prática que se expande na virada da primeira década do século XX. Compõe esse processo a constitui-

da revolução, continuam aflorando, nem sempre num projeto progressista. É a essa tradição política e intelectual que diversos movimentos do pós-guerra farão apelo, conjuntamente com as novas formulações que a ela se seguem.

A reforma urbana cubana como tripla transição

A experiência cubana da reforma urbana pode ser considerada como a mais reveladora e a mais próxima da realidade latino-americana e brasileira. Primeiro, porque ela integra o que Fidel Castro chama de passagem do período de reformas para o período propriamente revolucionário, reafirmando princípios e estratégias delineados desde a virada do século XX. Segundo porque, ao nomear essa reforma como urbana, inaugura-se uma nova modalidade de designação do processo reformista. Por fim, ela se torna lugar de referência para os processos em curso em diversas cidades latino-americanas. Essa tripla transição pode ser encontrada num processo que se desenvolve ao longo de ao menos uma década.

Sem pretensão de aprofundamento, importa mencionar que a aprovação da Ley de Reforma Urbana e da Ley de los Solares y Fincas de Recreo, em 14 de outubro de 1960 em Havana, é considerada como o último elemento do programa reformista em Cuba, marcando a passagem para um novo programa da luta da Revolução.

Já em 1953, o Programa de Moncada, estabelecido paralelamente ao assalto malsucedido à Fortaleza de mesmo nome e entendido como estratégia para a expansão do programa revolucionário, elegeu seis pontos sobre os quais era necessário intervir de imediato: “o problema da terra, o problema da industrialização, o problema da habitação²⁰, o problema do desemprego, o problema

ção de um campo de reflexão, regulação e proposição sobre a cidade e suas questões mais urgentes, progressivamente compondo uma formação profissional específica, processo que vai se expandir internacionalmente a partir de então.

²⁰ Em sua defesa frente ao Tribunal, publicada como “La Historia me Absolverá”, Castro argumenta com relação à moradia: “Tan grave o peor es la tragedia de la vivienda. Hay en Cuba doscientos mil bohíos y chozas; cuatrocientas mil familias del campo y de la ciudad viven hacinadas en barracones, cuarterías y solares sin las más elementales condiciones de higiene y salud, dos millones doscientas mil personas de nuestra población urbana pagan alquileres que absorben entre un quinto y un tercio de sus ingresos, y dos millones de nuestra población rural y suburbana carecen de luz eléctrica. Aquí ocurre lo mismo si el Estado se propone rebajar los alquileres: los propietarios amenazan con paralizar todas las construcciones; si el Estado se abstiene, construyen mientras pueden percibir un tipo elevado de renta, después no colocan una piedra más aunque el resto de la población viva a la intemperie. Otro tanto hace el monopolio eléctrico: extiende las líneas hasta el punto donde pueda percibir una utilidad satisfactoria; a partir de allí no le importa que las personas vivan en las tinieblas por el resto de sus días. El Estado cruza sus brazos y el pueblo sigue sin casas y sin luz. [...] Un gobierno revolucionario resolvería el problema de la vivienda rebajando resueltamente el cincuenta por ciento de los alquileres, eximiendo de toda contribución a las casas habitadas por sus propios dueños, tripli-

da educação e o problema da saúde do povo” (SUÁREZ PÉREZ; CANER ROMÁN, 2015). Com a vitória do movimento revolucionário em 1959, buscou-se equacionar esse conjunto de questões por meio de leis, instituições e políticas, processo finalizado em outubro de 1960 com a regulação do uso e produção da habitação e da terra.

Partindo do princípio, em seu artigo 1º, de que “toda família tem direito a uma moradia digna” e outorgando à lei, em seu dispositivo final, “força e hierarquia constitucional”, a Ley de Reforma Urbana (CUBA, 1960) propõe, em seus 45 artigos, várias medidas para buscar equacionar o problema, enfrentando a especulação e exploração imobiliária e fundiária, transformando locatários em proprietários²¹, bem como estabelecendo caminhos para a produção de habitações. Figuram, entre eles, expropriação dos imóveis utilizados para locação e renda (com e sem indenização, a depender da situação²²); proibição de locação e arrendamento²³; temporalidades para a conquista do direito à moradia (etapas atual, futura imediata e futura mediata, nas quais o Estado age, respectivamente, para gerir o estoque existente e para produzir massivamente unidades, seja com os recursos gerados pela própria Lei, seja com recursos próprios, segundo o artigo 1º); proibição de venda, cessão, permuta da unidade domiciliar obtida sem autorização expressa do conselho (artigo 29); emissão de bônus da reforma urbana para garantir hipotecas (artigo 35 e 36); indenização escalonada aos afetados por mínimo de ingressos através de renda mensal vitalícia (artigo 37); utilização de imóveis desocupados (artigo 23); solução definitiva aos chamados bairros de indigentes, a ser dada pelo Estado, no mais breve espaço de tempo (artigo 27). Para a gestão de todo o processo são instituídos Conselhos de Reforma Urbana, de caráter estatal, com funcionários designados pelo presidente da república, sendo um nacional de caráter permanente (Conselho Superior) e sete provinciais de caráter temporário, um para cada uma das províncias, à exceção de Havana, que contará com dois (artigo 7).

cando los impuestos sobre las casas alquiladas, demoliendo las infernales cuarterías para levantar en su lugar edificios modernos de muchas plantas y financiando la construcción de viviendas en toda la isla en escala nunca vista bajo el criterio de que si lo ideal en el campo es que cada familia posea su propia parcela, lo ideal en la ciudad es que cada familia viva en su propia casa o apartamento. Hay piedra suficiente y brazos de sobra para hacerle a cada familia cubana una vivienda decorosa. Pero si seguimos esperando por los milagros del becerro de oro, pasaran mil años y el problema estará igual.” (CASTRO, 1953 apud TREFFTZ, 2011).

²¹ Sobre esse encaminhamento, se pergunta Trefftz (2011): “Em que medida esta categórica recomendação da pequena propriedade, que se encontrava em total harmonia com a tradição do herói nacional cubano José Martí, era um desvio consciente dos dogmas marxistas?” Fidel se manifestou posteriormente a respeito, reforçando a concepção reformista do processo: “não é uma obra por si marxista. É a expressão de um pensamento em desenvolvimento, de uma série de ideias que formaram parte do que fazer revolucionário”. (CASTRO apud TREFFTZ, 2011).

²² A Lei estabelece uma forma de cálculo para as indenizações, considerando a idade dos imóveis e a o preço do aluguel (arts. 15-17). Para as “cuarterías, ciudadelas, casas de vecindad y solares” não haverá indenização aos proprietários, salvo casos particulares (arts. 25 e 26).

²³ Exceções são estabelecidas para situações de casas de veraneio e balneários (art. 4).

A Ley de los Solares y Fincas de Recreo reforma a de 1959 (Compraventa de Solares Yermos Urbanos) e, segundo Moya (1972), também se direciona a combater os processos especulativos do solo urbano. Assim, busca, por um lado, regular os preços de imóveis improdutivos por meio do estabelecimento de um preço máximo para os imóveis urbanos vagos. Por outro, institui a venda forçada de imóveis, a partir da compreensão de que imóveis ociosos contradizem o interesse social. “Assim, além da pressão exercida sobre o proprietário através dos impostos, se outra pessoa tem necessidade do terreno vago, pode exigir legalmente que o mesmo seja vendido ao preço oficial, isto é, mediante venda forçada”. (MOYA, 1972). O Estado pode ainda, segundo a Lei, se apropriar da diferença entre preço de compra e preço de venda de imóveis vazios ou ociosos.

Com esses encaminhamentos, segundo Castro (1960, apud SUÁREZ PÉREZ, CANER ROMÁN, 2015), “entramos em uma nova etapa; os métodos são distintos”. É possível então considerar a aprovação da Ley de Reforma Urbana e da Ley de los Solares y Fincas de Recreo, em 14 de outubro de 1960 como a conclusão do processo reformista em Cuba. Ou seja, “a etapa democrático-popular, agrária e anti-imperialista da Revolução, [e] a partir do 15 de outubro de 1960, a Declaración de la Habana, aprovada pelo povo cubano, umas semanas antes, em 2 de setembro de 1960, passou a ser o programa de luta da Revolução Cubana”²⁴ (SUÁREZ PÉREZ, CANER ROMÁN, 2015). O caráter socialista da revolução, tomando como base a Declaración de la Habana, seria proclamada em 16 de abril de 1961 (SUÁREZ PÉREZ, 2010).

Não só essa experiência é próxima e reveladora, como expressa de forma clara os embates mundiais que então se travavam, em plena guerra fria, e a turbulência social e política que a caracterizava.

Por outro lado, ao nomear a reforma como urbana, inaugura-se uma nova modalidade de designação do processo reformista, onde a cidade tem papel protagonista, sem abandonar, no entanto, seus vínculos com o campo. Assim, a reforma urbana passa a congrega diversas das problemáticas anteriores – nomeadas, por exemplo, como reforma social, reforma fundiária, reforma da habitação, mesmo que fortemente tensionada por esta última –, além de reafirmar e renovar mui-

²⁴ Importa observar que esta Declaração, aprovada em praça pública, com milhares de pessoas presentes, foi feita como resposta à Declaración de San José de Costa Rica, aprovada durante a VII Conferência de Chanceleres da OEA, realizada entre 22 e 29 de agosto de 1960 e que, alinhada com a política estadunidense, atentava contra a soberania de Cuba, entendendo-a como um perigo para os outros países latino-americanos. (SUÁREZ PÉREZ, 2010) Por outro lado, os direitos por ela explicitamente defendidos diziam respeito à autodeterminação, soberania e dignidade de sujeitos sociais diversos (camponeses, operários, crianças, jovens, estudantes, anciãos, negros, índios, mulheres, intelectuais, artistas, cientistas) e a diversas formas de sua organização (estados, países, nações e povos). (ECURED, 2010) A questão urbana não aparece ali especificada, talvez seu caráter geral.

tas de suas pautas. Também Jamir Almansur Haddad (apud FRIDMAN, 2014) a entende como uma inovação própria da revolução cubana²⁵.

Por fim, a expansão de seu uso para outras cidades latino-americanas se fará com intensidades e temporalidades distintas, sendo que o Brasil parece estar entre os primeiros, se não o primeiro, a adotar o nome na sequência de Cuba²⁶.

O Brasil dos anos 1960 e a Reforma Urbana

No Brasil, a chegada aos anos 1960 se faz acompanhar, de um lado, pela ebulição de uma sociedade recém-redemocratizada – a ditadura de Getúlio chegara ao fim em 1945 – e, de outro, por um processo de crescimento que carregava transformações estruturais²⁷ nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, demográficas.

A conjuntura, por sua vez, entre tantos outros elementos, era marcada pelos conflitos da questão agrária, velha de ao menos um século, e pelo agravamento da questão urbana, num país que se urbanizava a taxas surpreendentes²⁸. A questão das reformas estava colocada.

A renúncia do presidente eleito Jânio Quadros em 1961, menos de sete meses depois de ter tomado posse, e o alto grau de desconfiança que setores conservadores, inclusive militares, tinham em relação ao vice-presidente João Goulart, em função de sua proximidade com setores da esquerda, aumentou a instabilidade

²⁵ Mesmo que sendo necessária uma pesquisa mais atenta, isso indicaria que o uso do termo reforma urbana para descrever processos que antecedem a revolução cubana poderia ser entendido como anacronismo.

²⁶ Também aqui pesquisas mais aprofundadas se fazem necessárias. Hardoy e Moreno (1972) se referem a processos de reforma urbana em curso na Bolívia e na Colômbia, mas eles problematizam muito mais o conteúdo de algumas legislações (o que é mais que pertinente) que propriamente a denominação do processo, o que aqui nos interessa especificamente. Assim, na Bolívia (não encontramos ainda algo similar para a Colômbia, a não ser bem depois), o Decreto n. 3819 de 1954, inclusive por sua anterioridade, não menciona o termo reforma urbana, embora explicitamente, em seu escopo, uma das principais bandeiras do movimento reformista, qual seja, a expropriação de terras urbanas nas capitais de departamento com tamanho superior a 10.000 m², visando o combate à especulação com lotes vazios e à apropriação da mais-valia urbana daí decorrente (BOLÍVIA, 1954).

²⁷ Segundo o IPEA (2010, p. 9-10), “o Plano de Metas, implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), procurou realizar de um golpe a instalação de um conjunto amplo e diversificado de setores industriais, modificando radicalmente a estrutura produtiva do país. Isso foi realizado por meio da expansão dos investimentos das empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.), das companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e das corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico)”.

²⁸ Segundo Brito; Horta; Amaral (2001), cerca de 4% ao ano era a taxa de crescimento da população urbana brasileira na década de 1940 e por volta de 5% ao ano na década de 1950.

de, instaurando-se o parlamentarismo²⁹. A volta ao presidencialismo se faz cerca de um ano e meio depois, em janeiro de 1963, após plebiscito e revogação da Emenda Constitucional n. 4 pelo Congresso Nacional, retornando ao que previa a Constituição de 1946.

Ora, a principal bandeira então defendida eram as reformas de base³⁰. Na mensagem que apresenta ao Congresso em março de 1963, João Goulart define que “uma política de desenvolvimento, na fase atual de nossa formação histórica, deve ser uma política de reformas” (GOULART, 1963, p. 9). E segue:

O meu governo pretende enviar ao Congresso Nacional, em futuro próximo, um conjunto de mensagens orientadas no sentido de encaminhar as reformas mais urgentes reclamadas pelas necessidades do país. Sob as denominações genéricas de reformas agrária, urbana, tributária, bancária e administrativa, submeterei todo um conjunto de sugestões a Vossas Excelências, visando a adaptar o nosso quadro institucional aos reclamos de um desenvolvimento econômico orientado por critérios de justiça social. [...] Os problemas relacionados com a moradia popular, em particular nos grandes centros urbanos, serão objeto de mensagem especial ao Congresso Nacional, na qual se dará o primeiro passo para a formulação de uma política habitacional capaz de disciplinar o vertiginoso e desordenado crescimento urbano. Não desconhecemos que somente o desenvolvimento do País, aumentando a riqueza nacional, poderá elevar o nível de vida do povo, proporcionando-lhes adequadas condições de residência. Mas também não ignoramos que a falta de uma legislação reguladora tem permitido que a indústria da construção se transforme em presa favorita de especuladores, impedindo o acesso à residência própria das camadas mais pobres de nossa população (GOULART, 1963, p. 10-11).

Na especificação das propostas então apresentadas, educação, ciência e cultura, saúde, trabalho, previdência social e habitação e planejamento urbano são todos enfeixados pela Política de Desenvolvimento Social. Após uma leitura acerca da gravidade da situação habitacional no Brasil, agravada por uma voraz exploração imobiliária, o texto revela especial preocupação com a moradia popular, embora ressalte que a questão não se restrinja a ela. Descartando a possibilidade

²⁹ Período no qual se revezaram três primeiros-ministros de dois partidos: Tancredo Neves e Francisco Brochado da Rocha, do Partido Social Democrático, e Hermes Lima, do Partido Trabalhista Brasileiro.

³⁰ Segundo Fridman (2014), as reformas de base se referem inicialmente às reformas administrativa, bancária, fiscal e agrária e, num segundo momento, são integradas as reformas urbana, educacional e eleitoral.

de soluções a curto prazo, visto que países como os Estados Unidos e a União Soviética ainda vivem sérios problemas nesse campo, trata-se então de planejar e coordenar atividades para uso de recursos, elaboração de programas integrados, disciplinamento e incremento da ação da iniciativa privada, racionalização da produção industrial, além da elaboração de estudos e pesquisas. Nesse sentido, o Conselho Federal de Habitação, criado em 1962, ainda no período parlamentarista, deverá desempenhar um papel fundamental, tendo em vista que grande parte das medidas indicadas já constam de suas atribuições³¹. Busca-se também construir normas básicas para a elaboração de planos regionais e urbanos que pudessem “corrigir muitas das distorções no crescimento das comunidades” (GOULART, 1963, p. 136). Aliás, o lugar do plano é central naquela conjuntura, devendo constituir-se em sistema nacional, permanentemente atualizado, revisto e ampliado e em estreita articulação com a dimensão política: “o planejamento constitui-se, ele próprio, em uma reforma de base, não obstante ser ele instrumental. Os objetivos políticos e sociais da Nação é que ditam o conteúdo do planejamento” (GOULART, 1963, p. 16).

Embora grande parte das indicações e medidas carregassem ainda caráter bastante genérico, estava dada a senha para se ampliar a mobilização em torno da reforma urbana no país. O trabalho, as reflexões e as experiências acumuladas por mais de duas décadas nas cidades brasileiras pareciam, enfim, poder ser enfeixadas em uma perspectiva mais democrática e transformadora de política urbana.

De fato, a construção de elementos de uma pauta reformista de regulação da cidade no Brasil remonta aos anos 1920, a qual, no entanto, não carrega essa designação, em geral encaminhada sob o nome de “reformas” e encabeçada por um espectro político de feitio mais técnico e integrado ao Estado³². Várias são as iniciativas que visam frear processos especulativos, limitação do direito de propriedade e maior controle público sobre os processos de crescimento e extensão urbana, processo que se transforma, se intensifica e se expande nas décadas de 1930 e 1940.

Assim, constituem momentos particularmente importantes de transformação e de modernização do Estado e da sociedade brasileira a República Nova (governo provisório entre 1930-1934 e governo constitucional entre 1934-1937) e a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Os dois períodos foram marcados por mobilização, ascensão e disputa de novas camadas sociais ao poder, mesmo se as estruturas oligárquicas que dominavam o poder político e econômico do país tenham sobrevivido e se rearticulado, naquilo que será caracterizado como uma revolu-

³¹ A Comissão Nacional de Habitação, instituída pelo Decreto n. 209, de 23 de novembro de 1961, passa a denominar-se Conselho Federal de Habitação, conforme Decreto n 1.281 do Conselho de Ministros, de 25 de junho de 1962.

³² Fugindo totalmente, nesse sentido, à autonomia do campo reformador anteriormente caracterizado.

ção burguesa incompleta (FERNANDES, 1981). Com essa base e com o privilégio da técnica como instrumento de racionalização, estava colocada na ordem do dia a construção de uma nação moderna, ancorada em novas formas de organização social e econômica, novas formas políticas e nova ordem jurídica³³.

Entre as incontáveis empirias que vão dando realidade a esse processo, podemos destacar institucionalidades, ações e quadro legal que serão basilares para a construção de uma política nacional para as cidades, ainda que de forma fragmentada. São assim construídas formas de atuação no período que contemplam um programa variado e complexo que vai desde a esfera da habitação – uma das mais agudas e prementes no período –, à criação de novas cidades, ao desenvolvimento de planos diretores e à estruturação de um sistema técnico de administração, entre outros.

No campo propriamente jurídico, já a Constituição Federal de 1934 previa que o direito de propriedade, apesar de garantido, não poderia “ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar” (BRASIL, 1934, capítulo II, art. 113, §17)³⁴. Essa mesma constituição reconhece ao Estado o direito de tributar a propriedade urbana em função da valorização advinda de obras públicas, indicando a busca por uma equação mais justa entre investimentos públicos e captação da valorização fundiária e imobiliária. (BRASIL, 1934, capítulo II, art. 124). Além disso, legislação específica sobre loteamentos, extensão aos municípios do direito de desapropriação, Lei do Inquilinato, regulamentação profissional são elementos importantes do processo, ao qual se soma, já no âmbito institucional, a produção de dados e informações necessários para uma ação planejadora crescente.

Não por acaso, realiza-se, em janeiro de 1941, no Rio de Janeiro, o I Congresso Brasileiro de Urbanismo³⁵, organizado pelo Departamento de Urbanismo do Centro Carioca e que agrupava, na secretaria geral do evento, além do próprio Centro Carioca, o Clube de Engenharia, a Associação Brasileira de Imprensa, o Touring Club, os Conselhos Federal e Regional de Engenharia e o Sindicato Nacional dos Engenheiros. Congregando profissionais de todo o Brasil, cerca de

³³ Período trabalhado com maior profundidade em Fernandes (2012).

³⁴ Princípio abandonado na Constituição de 1937, ele volta na de 1946. Ali, ele aparece configurado de duas formas: uma, que limita o direito de propriedade em função do interesse público ou social, garantindo aos proprietários indenização imediata: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.” (BRASIL, 1946, art. 141, § 16). A outra, de ordem geral, assume o princípio de que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. [...] [podendo] promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. (BRASIL, 1946, art. 147) Mas seus incisos detalham apenas a desapropriação da propriedade territorial rural, que deverá, por sua vez, ser paga em títulos públicos.

³⁵ O panorama que se segue do I Congresso foi por mim trabalhado inicialmente em Fernandes (2014).

250 pessoas participaram do Congresso, entre membros titulares (aqueles que vinham com representação) e membros aderentes. Presentes estavam os nomes de maior expressão no campo do urbanismo no Brasil naquele momento. As discussões então travadas³⁶, ricas de diversos conteúdos, apontavam claramente para a necessidade de uma política nacional para as cidades, generalizando experiências, mas também expectativas.

Assim, entre as conclusões do evento, figuram a indicação de criação de diversos órgãos e instâncias que deveriam ser capazes de ampliar e aprofundar, de forma estruturada, a utilização do urbanismo em território nacional. São assim aprovadas, durante as sessões do Congresso, as necessidades de criação de um Departamento Nacional de Urbanismo, de um Código Urbanístico Brasileiro e de um Instituto Brasileiro de Urbanismo, que, em conjunto, estruturariam o quadro operativo, legal e de formação, base para a plena consecução do urbanismo como campo profissional e acadêmico no Brasil. É também apontada a necessidade de planos diretores para as cidades com mais de 10 mil habitantes, bem como para aquelas que apresentassem dinâmica demográfica intensa, tivessem sido destruídas por calamidades ou ainda as de caráter histórico, pitoresco ou termal. Planos regionais, também previstos, possibilitariam a articulação entre as cidades e um plano nacional coordenaria os planos regionais. Foi também aprovada a recomendação de uma equipe mínima de técnicos para os departamentos de municipalidades nos diversos estados – com protagonismo absoluto de engenheiros, a equipe deveria ser composta, no mínimo, por um engenheiro agrônomo, um engenheiro industrial ou eletricitista, um engenheiro arquiteto, um engenheiro civil e um técnico especializado em urbanismo – a ser desdobrada para o conjunto de municípios brasileiros.

O Congresso de Urbanismo, cuja segunda edição estava prevista para acontecer em Recife no ano seguinte, ensejava uma organização contínua e abrangente. É nesse sentido que um Comitê Permanente de Urbanismo, com subcomitês nas diferentes capitais dos estados brasileiros, é então proposto e aprovado no Primeiro Congresso. (FERNANDES, 2014).

Essa rede então esboçada, articulada pelo interesse em “melhorar as condições de vida das cidades do Brasil” (CENTRO CARIOCA apud FERNANDES, 2014, p. 48), voltará a se reunir apenas vinte anos depois, em Recife. Nesse ínterim, no entanto, outras iniciativas continuam a pontuar essa construção³⁷, como, entre

³⁶ Os temas trabalhados durante o congresso foram: história e divulgação; legislação, administração e organização; aplicação e execução; urbanismo e habitação; saneamento e higiene; tráfego e comunicações; exposição de urbanismo; turismo e coordenação (CENTRO CARIOCA, 1948).

³⁷ Uma boa análise política e de construção institucional do período pode ser encontrada em Fridman (2014).

outras, a fundação da Associação Brasileira de Planejamento, em 1948, a realização do Primeiro Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, em 1950, ou a promoção, pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, do Seminário sobre Metodologia do Urbanismo, em 1959 (FRIDMAN, 2014). Também é importante assinalar que o Plano de Metas (1956-1961), embora não pautasse a questão das cidades nas trinta metas inicialmente definidas, acaba por incluir na última hora “mais uma meta, a 31ª, chamada de meta-síntese: a construção de Brasília e a transferência da capital federal, o grande desafio de JK” (SILVA, 2017), com repercussões expressivas no campo do urbanismo.

Habitação e Reforma Urbana: O Seminário de 1963

Sobre esse acúmulo de processos, iniciativas e projetos e numa conjuntura política já propriamente reformista, inquieta e bastante favorável, será realizado o Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Embora tenha ficado conhecido como Seminário do Quitandinha, ele é na verdade constituído por duas etapas: uma primeira, no Rio de Janeiro (entre 23 e 26 de julho de 1963)³⁸ e uma segunda em São Paulo (de 29 a 31 de julho de 1963).

Seu processo de organização e convocação se amolda temática e cronologicamente à adoção do programa de reformas pelo Governo Federal. É assim que, expressando a polarização da questão pelos arquitetos, os departamentos do Instituto de Arquitetos do Brasil em São Paulo e na Guanabara propõem, na reunião do Conselho Superior do Instituto em Porto Alegre, em maio de 1963, “com o apoio já assegurado de órgãos governamentais, reuniões para debate da questão e estabelecimento de uma política urbana e da habitação” (ARQUITETURA, 1963, p. 23). O IAB-SP³⁹ propunha a realização de um seminário sobre Reforma Urbana que “fundamentada nos termos da mensagem presidencial ao Congresso Nacional, tinha o apoio do ministro Almino Afonso e visava obter, através do seminário, uma definição clara da reforma urbana brasileira.” (ARQUITETURA, 1963, p. 24). O IAB-GB, por sua vez, propunha a realização de um simpósio que pudessem estabelecer as bases “de uma política nacional de habitação e planejamento urbano”, a qual contava com o firme apoio do “presidente do Ipase, interessado em obter para a instituição que dirige, uma linha habitacional sadia e capaz de dar maior rendimento social aos capitais investidos, neste setor, pelo Ipase”. (ARQUITETURA, 1963, p. 24) Além disso, o IAB-GB propunha, por um lado, que

³⁸ Existe ainda uma outra iniciativa implementada no Rio, a chamada “reforma urbana” de Carlos Lacerda, trabalhada por Vera Rezende neste livro.

³⁹ Em junho de 1962, o IAB-SP havia organizado a Primeira Jornada Nacional de Habitação (FRIDMAN, 2014)

fossem mobilizados para o evento a previdência social e órgãos governamentais afins e, de outro, uma gama de entidades e de profissionais ligados ao tema, como sociólogos e engenheiros, além claro, dos próprios arquitetos. Esperava-se contar ainda com organismos internacionais, como a ONU e a OEA, esta através do Centro Interamericano de Vivienda y Planeamiento Urbano (CINVA).

A solução de compromisso para a realização do seminário integrou os dois departamentos, seja em termos de lugar, devendo acontecer nas duas capitais, seja em termos de título, que confluiu para Habitação e Reforma Urbana, o s.HRu⁴⁰. Previa-se, inicialmente, que a etapa do Rio teria no máximo quarenta participantes, trabalhando em tempo integral sobre os quatro temas definidos e previamente preparados⁴¹: a situação habitacional no Brasil; a habitação e o aglomerado humano; reforma urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação; e execução dos programas traçados pela política de planejamento urbano e de habitação. Já em São Paulo, os resultados alcançados pela discussão e a política proposta serão trazidos para um público ampliado, “procurando abranger todas as camadas sociais” (ARQUITETURA, 1963, p. 24). De certa forma, um seria de cunho mais técnico; outro, mais político.

A reforma urbana, no documento final do Seminário⁴², foi definida como “o conjunto de medidas estatais, visando à justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias” (ARQUITETURA, 1963a, p. 19). E parece ter sido o resultado de ampla discussão, considerando que o balanço da participação é amplamente positivo pois “arquitetos, sociólogos, engenheiros, economistas, advogados, assistentes sociais, médicos, líderes estudantis e sindicais, vindos de todos os pontos do país, congregaram-se durante uma semana para estudar e debater os mais dramáticos aspectos da crise brasileira de habitação” (ARQUITETURA, 1963a, p. 17).

Concordando com Topalov (1991, p. 34) em que “não existe possibilidade de construção de vocabulário comum sem aliança social” nem, acrescentaríamos, de seu desdobramento em política, parece importante explorar a diversidade de agentes sociais que se investem na pauta da reforma urbana, bem como as teias

⁴⁰ Embora o artigo mencione que o título do seminário seria “Habitação e Reforma Urbana: o Homem, sua Casa, sua Cidade”, não encontramos referências a esse complemento nos demais documentos consultados. (ARQUITETURA, 12, 1963, p. 24)

⁴¹ Os grupos de trabalho preparatórios ao seminário eram coordenados, no Rio, pelo arquiteto Maurício Nogueira Batista e, em São Paulo, pelo arquiteto Jorge Wilhelm.

⁴² Para uma análise dos conteúdos e princípios analisados, discutidos e propostos no seminário, ver Ribeiro; Pontual (2009) e Bonduki; Koury (2010).

de relações por eles entretidas. Apesar de inicial, essa é uma abordagem que possibilitaria descortinar um horizonte de construção mais abrangente para essa conjuntura crítica⁴³ que então se delineou no Brasil.

Mesmo reconhecendo o papel central desempenhado pelos arquitetos no processo, parece-nos que, para a conformação e operação da bandeira da reforma urbana, tal como ela se apresenta nos anos 1960, faz-se fundamental compreender também a presença de outras profissões ou agentes sociais participantes desse campo de forças e de lutas⁴⁴. Assim é que, de forma breve, despreziosa e, de certa forma, aleatória⁴⁵, alguns participantes do s.HRu serão focalizados, com seus perfis e pertencimentos sócio-políticos próprios, esboçando, embora desigual e ainda insuficientemente, concretude do processo e arco de alianças sociais em operação. Passamos assim a considerar, em conjunto, pois que operam simultaneamente, a temporalidade conjuntural e o tempo breve da política e do indivíduo, socialmente situado, na construção da reforma urbana como campo político.

Das 194 pessoas listadas como participantes do seminário, a maioria absoluta era composta por arquitetos, categoria seguida de longe pelos engenheiros ali presentes e mais dezesseis categorias profissionais⁴⁶. Apenas 0,5% dos participantes eram mulheres. A maioria absoluta dos presentes provinha de São Paulo, seguida da Guanabara, sendo que mais doze estados se tinham feito representar⁴⁷.

Um dos participantes era general: Valério Braga, engenheiro militar de formação, morador do Rio de Janeiro, esteve muito ativo na cena carioca dos anos 1950. De perfil bastante nacionalista, em 1952, participou ativamente da defesa do monopólio estatal da exploração do petróleo e da crítica ao projeto então propos-

⁴³ Para Kingdon (2002), a criação de uma política pública – ou a integração de uma questão na agenda de governo – se ancora em três movimentos, que operam independentemente: a constituição de um problema considerado importante pela opinião pública; a construção de alternativas e a questão política propriamente dita. Ainda segundo ele, existem conjunturas críticas, em que esses três movimentos aparecem funcionando em conjunto.

⁴⁴ Não há como deixar de sublinhar a importância que tiveram nessa construção os processos de elaboração de ideias, pesquisas e experiências desenvolvidas em Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, particularmente em suas capitais.

⁴⁵ A escolha foi feita associando profissão a um nome aleatório, desconhecido para a autora. Este só era substituído em caso de não encontrar qualquer referência que pudesse localizar o participante no cenário do período. Além disso, alguns outros participantes, pelas conexões ou lugares-chave que possuíam no Seminário, também foram particularizados. Pelos limites de um artigo e seu caráter exploratório, nem todas as profissões presentes foram pesquisadas.

⁴⁶ Na lista publicada pela *Revista Arquitetura* (1963a), temos 7 advogados, 119 arquitetos, 7 assistentes sociais, 1 atuário, 9 deputados, 7 economistas, 18 engenheiros, 6 estudantes, 1 funcionário público, 1 general, 1 industriário, 2 líderes sindicais, 5 médicos, 1 pesquisadora, 3 professores, 1 químico, 4 sociólogos e 1 urbanista.

⁴⁷ Provinham de São Paulo 111 participantes, 40 da Guanabara, 12 do Distrito Federal, 9 do Rio Grande do Sul, 4 de Pernambuco, 3 de Minas Gerais, 3 do Rio de Janeiro, 2 do Paraná, 1 da Bahia, 1 do Espírito Santo, 1 do Ceará, 1 do Piauí, 1 de Goiás e 1 de Santa Catarina; 4 participantes não tiveram seus estados de origem identificados.

to por Vargas, classificando-o de “inqualificável” e feito com “impatriotismo e má fé”, “pois facilita a entrega do nosso ouro negro aos trustes estrangeiros”. “Não podemos vender o destino de uma nação em uma sociedade por ações”. “Ser patriota [...] é ser comunista, é estar cometendo o crime de reagir contra um estado de coisas que maus brasileiros querem que fique perpetuado: sermos eternamente colônia!” (IMPRESA POPULAR, 1952). Ainda em 1952, foi favorável à rejeição do acordo militar Brasil-Estados Unidos, assinado entre Truman e Getúlio. Profere, em 1954, conferência sobre liberdades constitucionais na sede do Centro Recreativo dos Industriários, promovida pela Associação Brasil de Defesa dos Direitos do Homem (IMPRESA POPULAR, 1954). Assina, em 1955, “um apelo contra a preparação da guerra atômica”, ao lado de expoentes como Josué de Castro, Jorge Amado e Cacilda Becker, entre muitos outros. (IMPRESA POPULAR, 1955) Mais próximo da pauta propriamente urbana, Braga tomou a palavra na assembleia realizada no Sindicato dos Motoristas Autônomos, tendo então se manifestado contra a Operação Copacabana⁴⁸, além de estar presente na organização da passeata dos mil carros. (IMPRESA POPULAR, 1957) Ainda em 1957, em iniciativa que parece colocá-lo progressivamente no campo conservador, promoveu sessão na Associação Brasileira de Imprensa sobre a Lei do Inquilinato, reunião bastante polêmica que os inquilinos denunciavam ter sido preparada para os tubarões dos aluguéis. De fato, dela participou o presidente do Sindicato de Proprietários de Imóveis e outros que defendiam a derrubada da lei. O general, figura de proa do Partido Socialista (O SEMANÁRIO, 1958), justificou sua ação por “defender viúvas e indefesos”. (IMPRESA POPULAR, 1957) Em 1961, o jornal *O Semanário*, órgão oficial da Frente Parlamentar Nacionalista, critica severamente o general, que teria sido expulso do referido Partido por atos “que atentam contra os legítimos interesses nacionais” (O SEMANÁRIO, 1961).

Outro participante, Luís Tenório de Lima, era sindicalista. Pernambucano de origem, migrou para São Paulo e teve vida sindical precoce. Logo se destaca como liderança no processo de construção da possibilidade de negociações coletivas para os trabalhadores, iniciado com o Pacto de Unidade Intersindical, em 1954, que buscava “dirigir as ações políticas e sindicais da classe operária no estado de São Paulo”, dissolvida em 1958 (KORNIS, 2009). No processo de discussão dos índices de reajuste com os patrões e do jogo pesado que se fazia em cima dos percentuais, “uma guerra de números e índices”, “surgiu a ideia da gente criar o nosso próprio organismo de levantamento de custo de vida” (TENÓRIO, 2018) Surgia o Dieese, em 1959, após intenso trabalho que reunia o sindicato dos bancários, dos metalúrgicos e o dos laticínios e derivados, este representado por Luis Tenório Lima, também representante do Pacto. Sempre em busca da construção da unidade dos trabalhadores, ele esteve presente na criação do Comando Geral

⁴⁸ Tratava-se de definir novas áreas de transportes e terminais para a operação das lotações. (IMPRESA POPULAR, 1957)

dos Trabalhadores, decisão tomada no Quarto Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em 1962, em São Paulo.

O CGT teve um papel relevante em vários momentos do governo Goulart. Um dos mais importantes deu-se durante a luta pela antecipação do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não ao regime presidencialista. Em setembro de 1962, contando com o apoio de alguns militares nacionalistas, foi decretada greve geral que só foi suspensa após a aprovação da antecipação do plebiscito, pelo Congresso. (KORNIS; MONTEIRO, 2017; CORRÊA, 2008)

Considerado elite do Partido Comunista, ao qual aderiu ainda bastante jovem, se tornou posteriormente membro do Comando Municipal do Partido em São Paulo e, em 1962, membro do seu Comitê Central, condição à qual ainda pertencia quando participou do Seminário de Habitação e Reforma Urbana.

Ora, a questão das reformas era uma das principais questões discutidas no âmbito do Partido Comunista: ao menos desde 1954, ele já trazia em seu programa no Brasil a necessidade de reformas: do sistema tributário, do sistema monetário e, com grande centralidade, da estrutura agrária. Num processo que vinha alterando substantivamente sua orientação a partir do vigésimo Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, o seu quinto Congresso, realizado em setembro de 1960, passa a definir o caráter anti-imperialista e antifeudal da revolução brasileira naquele momento, o que colocava as tarefas a serem desenvolvidas dentro dos limites democrático-burgueses⁴⁹. Ou seja:

Trata-se de soluções de caráter positivo e de reformas de estrutura que impliquem na ampliação dos direitos democráticos do povo e na aplicação de uma política interna e externa adequada ao desenvolvimento independente e progressista do País.

A conquista de reformas econômicas e políticas de caráter anti-imperialista e popular é possível desde já, nos quadros do atual regime, dependendo, essencialmente, do crescimento das lutas de massas, do poderio da frente nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais consequentes, sobretudo a classe operária, os camponeses e outras camadas populares (RESOLUÇÃO, 1960)

⁴⁹ É essa posição – que leva o Partido a alterar seu nome para Partido Comunista Brasileiro –, entre outras mudanças, que levará uma ala dissidente do partido ao rompimento, em 1961, ala que organiza o Partido Comunista do Brasil no ano seguinte.

O redirecionamento político do partido, portanto – que julga haver no Brasil um processo revolucionário em curso, ao lado da afirmação do caráter revolucionário da burguesia nacional e da superação do caráter genérico da luta anti-imperialista, focalizando-a na dominação norte-americana – reafirma a questão reformista como estratégia de ação⁵⁰. A destacar ainda a referência explícita à Revolução Cubana, que “criou um novo poder revolucionário, põe em prática uma reforma agrária que beneficia a milhões de camponeses e toma medidas consequentes para se libertar da dependência econômica para com o imperialismo norte-americano”. Portanto, a Revolução e a decorrente política progressista ali implementada “não podem deixar de ser motivo de forte inspiração para todos os povos da América Latina” (BALANÇO, 1960). Essa mudança de linha programática do Partido Comunista, assumidamente reformista, levou a um crescimento de seus militantes, bem como a um aumento de sua influência em diversos setores da sociedade brasileira, inclusive naqueles participantes do Seminário de Habitação e Reforma Urbana⁵¹. Luis Tenório de Lima teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1 de 1964, além de ser destituído de seus cargos sindicais.

Já Íris Soares de Azevedo era uma das poucas mulheres presentes ao evento. Tinha cursado a Faculdade de Filosofia da USP, com especialização em Sociologia, profissão pela qual ela é identificada na lista de participantes do Seminário. No entanto, sua vinculação societária e profissional se redefiniria em momento subsequente, quando ela se torna ativa no movimento psicodramático paulistano (CEPEDA; MARTIN, 2010).

Antonio Maria de Rezende Corrêa, por sua vez, era médico e tinha sido presidente da Associação Piauiense de Medicina e membro da Associação Piauiense de Imprensa. Eleito deputado federal constituinte pela UDN, em 1945, durante seu mandato fez propostas sobre isenção de imposto de propriedade nas aquisições de imóveis urbanos ou rurais pelos oficiais e praças da FEB; buscou abrir linha de crédito para socorrer as vítimas das inundações do rio Parnaíba; e, quando da denúncia de deputados comunistas sobre a depredação da sede do Partido pela polícia política, ele foi um dos que se dispuseram a ir apurar os fatos (BRAGA, 1998).

⁵⁰ Somada à alteração do seu nome – de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro – e à retirada de referências ao marxismo-leninismo em seu programa, essa ênfase no reformismo levará, em 1961, a uma cisão, quando os signatários do *Manifesto dos Cem* foram expulsos do partido, dando origem ao que hoje conhecemos como PC do B.

⁵¹ Essa é uma história ainda por fazer. Mas impossível deixar de ressaltar, entre outras presenças relevantes no Seminário, a de Fernando Santana, comunista histórico e então deputado federal da Bahia eleito pelo PSD, integrante da Aliança Democrática Trabalhista Cristã, cassado em 1964 pelo AI-1 (FERNANDO SANTANA, 2009).

Natexilpatri Guitton, advogado gaúcho, presente ao s.HRu era técnico do Iapi e estudioso da questão da habitação, tendo escrito o prefácio do livro *Diretrizes para uma Política Nacional de Habitação*, de autoria de Simão Goldman em colaboração com Seno Cornely, publicado em 1963.

Pioneira na profissão de serviço social, Helena Iracy Junqueira também participou do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Ela era vinculada à Ação Católica paulistana, que congregava organizações de juventude (universitária – JUC, estudantes secundaristas – JEC, independentes – JIC e operária – JOC) e que atuava também no Partido Democrata Cristão. Vereadora de São Paulo já em 1936, ela chefiava a Divisão de Serviço Social (DSS) de São Paulo, criada em 1955, por orientação da democracia cristã e mantida com recursos do Centro de Estudos Sociais Católicos. A DSS se compromete com “os processos de educação de base, influenciados pela metodologia de Paulo Freire e pelos trabalhos de desenvolvimento e organização das comunidades, orientadas pelas experiências desenvolvimentistas da ONU” (SPOSATI, 2001, p.74). A propósito, o campo da assistência social conhece um avanço significativo nos anos 1960. Aí se destacam, segundo MENDES (2011), a XI Conferência de Bem-Estar Social, em 1962 e o Congresso Nacional de Profissionais de Desenvolvimento e Organização da Comunidade, promovido pela Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social em 1963. A propósito, Seno Cornely, coautor do livro que acaba de ser mencionado, é considerado pioneiro nesse campo⁵², tendo encabeçado o movimento que lutava pela ampliação dos horizontes do trabalho em assistência social, que deveria ter caráter universal, além de desenvolver reflexões sobre os processos de participação comunitária.

Floriceno Paixão, jornalista e concursado do Iapi em 1941, participava do Seminário na condição de deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, tendo sido eleito em 1958 e aderido à Frente Parlamentar Nacionalista (FLORICENO PAIXÃO, 2009). Já tinha desempenhado, anteriormente à realização do Seminário, papel relevante em relação à estruturação de uma política nacional de habitação. É assim que, em 6 de abril de 1960, três anos antes do s.HRu, o deputado apresenta à Câmara o Projeto de Lei n. 1.911 de 1960, que estabelece o Plano Nacional de Habitação, cria a Superintendência Nacional da Habitação e institui o Fundo Nacional de Habitação. Na justificativa apresentada, o deputado Paixão recorre a dados de Natexilpatri Guitton, acima mencionado. Para o “técnico do Iapi e estudioso do problema” existe uma situação de amplo déficit de moradias no país: deveriam ser construídas anualmente, a partir de 1951, cerca de 560 mil casas, considerando crescimento da demanda, necessidade de reposição e congestionamento de moradores. No entanto, em sentido inverso, ele também

⁵² Segundo Mendes (2011), ele teve também papel fundamental na criação da ALAETS (Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social), em 1965, e foi protagonista no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento e Organização de Comunidade.

observa que decresce o número de unidades de habitações construídas por ano: o índice para mil habitantes, que era de 3,837 em 1952, passa a 3,136 em 1956. Indicando a mesma dificuldade, também o índice de construções diminui no Brasil: tomando-se por referência um índice de 100 para 1953, ele cai para 87 em 1956 (BRASIL, 1960). Conceitos como habitação de interesse social, urbanização de áreas, assistência técnica, construção por esforço próprio e ajuda mútua já estavam presentes na proposta encaminhada.

O corpo do projeto, no que se refere ao Plano Nacional de Habitação (artigos 1º a 3º), define a habitação de relevante interesse social como aquela destinada aos “residentes que obtenham seus recursos, exclusiva ou principalmente, da remuneração de trabalho prestado na qualidade de empregados” (artigo 2º, inciso I). Essa será a habitação que deverá receber atenção exclusiva dos poderes públicos, até que se tenha alcançado no país a produção de 2/3 das habitações de interesse social necessárias. Define ainda o valor de 150 salários mínimos como teto para essa produção, além de prever obras de urbanização (entendidas como instalação de serviços públicos), terrenos a serem urbanizados, bem como o financiamento de indústrias de material de construção. A assistência técnica também aparece formulada através do ensino de técnicas econômicas de construção, da obtenção de materiais a custos mais reduzidos, bem como do favorecimento da construção por esforço próprio ou ajuda mútua⁵³.

Para executar o plano, propõe-se a criação da Superintendência Nacional da Habitação (artigos 4º a 9º), diretamente subordinada à presidência da república e com estrutura administrativa que contemplasse a administração central, órgãos regionais e órgãos locais. Ela teria autonomia técnica e financeira e seria dirigida por um conselho diretor, acompanhada por uma junta de controle, com participação especificada de membros dos Institutos de Previdência, das Caixas Econômicas e de pessoas vinculadas à questão da habitação. Para viabilizar a política, institui-se o Fundo Nacional da Habitação (artigos 10º a 12º), especificando suas fontes de recursos. Os artigos seguintes (13º a 19º) estão dedicados a definições de patrimônio, pessoal e autonomia dos planos e projetos elaborados ou aprovados pela SNH com relação às posturas municipais e estaduais. Em 180 dias depois de sua aprovação, 90 dos quais dedicados à regulamentação da lei, a estrutura começaria a vigor.

⁵³ “Obteve sucesso o exemplo de Pôrto Rico onde se realiza um bem organizado programa de incentivo, através do estímulo da construção por esforço próprio ou por ajuda mútua dirigida, com o ensino de técnicas singelas e práticas, e produção doméstica de materiais encontrados nos próprios locais de construção, o que faz prever igual êxito em nosso país, se essa assistência técnica for levada às várias regiões do país, ministrando-se ensinamentos não só aos diretamente interessados na construção, como àqueles que queiram obter, em prazo curto, licenças regionais de construtores de habitações econômicas, emitidas pelo organismo encarregado do Plano, mediante convênios estabelecidos com os Crea” (BRASIL, 1960).

Mas, não tendo sido o projeto “sequer apreciado pela primeira Comissão Técnica a que foi submetido”, o deputado Floriceno Paixão volta a apresentá-lo à Câmara, com modificações e atualizações, em 23 de março de 1963, uma semana após o discurso das reformas feito por João Goulart e quatro meses antes do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. A proposta, que passa a ser designada de Projeto de Lei n. 87, de 3 de abril de 1963, cria o Conselho Nacional de Habitação e institui o Fundo Nacional de Habitação⁵⁴. No texto, são atualizados os dados relativos ao déficit habitacional brasileiro – cujo cálculo estabelecia a necessidade de construção de 1.246.000 unidades ao ano – e, entre outras alterações e detalhamentos, passam a fazer parte da assistência técnica e financeira aos municípios a elaboração de planos diretores para cidades com população superior a 10 mil habitantes (artigo 3º, inciso XI). Vale ressaltar, em sua proposta, a passagem da Superintendência Nacional de Habitação para o Conselho Nacional de Habitação, responsável por formular a política nacional de habitação, bem como executar e coordenar os planos dela decorrentes. O órgão seria composto de forma mais abrangente, incluindo um representante de cada uma das seguintes instituições: Confederação de Empregados, Confederação de Empregadores, Superintendência da Reforma Agrária, Caixas Econômicas Federais e Instituições de Previdência Social (artigo 8º)⁵⁵. Floriceno Paixão seria cassado pelo AI-5 em 1968.

O estudante Carlos Henrique Heck, presente no Seminário, formou-se pela FAU-USP no ano seguinte, em 1964, tendo sido posteriormente indiciado, junto com Sergio Ferro, Sergio Souza Lima e Rodrigo Lefèvre, por envolvimento em atividades relacionadas à Aliança Libertadora Nacional. (COMISSÃO, 2015)

Clidenor Freitas ocupava posição de destaque no s.HRu, sendo um de seus presidentes⁵⁶. Assumindo em 1963 a presidência do Ipase, segundo o *Dicionário histórico-biográfico brasileiro* (2009), ele era médico e integrou a Associação Piauiense de Medicina. Foi deputado federal em 1958 na legenda das oposições coligadas, reunindo PTB e UDN, tendo ainda integrado a Frente Parlamentar

⁵⁴ Interessante observar que esse é um período com grande intensidade legislativa na produção de normas e regulamentos. Em novembro de 1961, por decreto do Conselho de Ministros, já havia sido criada, no âmbito do Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Comissão Nacional de Habitação. Sete meses depois, em junho de 1962, ela será transformada em Conselho Federal de Habitação, através do Decreto n. 1.281, também do Conselho de Ministros, a ser diretamente subordinada a seu presidente.

⁵⁵ Esse projeto é arquivado em 14 de julho de 1964. Segundo o parecer de seu relator, o deputado Nelson Carneiro, “a matéria foi recentemente examinada pelo Congresso Nacional, através de projeto de iniciativa do Poder Executivo. Meu voto é, por isso, para considerar prejudicado o Projeto n. 87 de 1963, mas não posso deixar de louvar a valiosa colaboração que seu autor, o nobre deputado Floriceno Paixão, traz a um problema de tal complexidade”. O deputado se referia à Mensagem n. 126 de 1964 do Poder Executivo, transformada no Projeto de Lei n. 2.006 de 1964, que institui sistema para promover a construção de habitações de interesse social, de onde surge o BNH (Lei n. 4.380, de 21 de agosto de 64)

⁵⁶ Posição que ele dividia com o arquiteto Ícaro de Castro Melo, ex-presidente do IAB-SP.

Nacionalista. Era partidário da reforma agrária cooperativista, em que os camponeses recebiam as terras do Estado em comodato e era contrário ao latifúndio improdutivo. Apoiou os camponeses quando da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava as Ligas Camponesas, em 1962, não tendo conseguido se reeleger nas eleições do mesmo ano. Em seu discurso na sessão solene de abertura do Seminário, ressalta sua crença na ciência e no século da planificação científica, embora também entenda que o problema da habitação é resultante do complexo social e econômico, não se resumindo sua solução, portanto, à melhor técnica. Como dificuldade para se implementar a reforma urbana, menciona a estrutura agrária atrasada (e feudal), a exploração econômica e a presença de forças estranhas que subjagam a nação (FREITAS, 1963). Com o golpe militar, exilou-se no Uruguai, voltando ao Brasil em 1967⁵⁷. (ASSIS DUTRA, 2013)

Por fim, parece importante dar destaque ao único participante identificado como representante de governo estadual. Gildo Mário Pôrto Guerra, arquiteto, com atuação próxima do Partido Comunista (SOUZA, 2008), participou do seminário em nome do estado de Pernambuco, onde presidia a Liga Social contra o Mocambo. Na oportunidade, buscava-se renomear a instituição, que deveria passar a se chamar Serviço Social do Mocambo, positivando seu caráter (GUERRA, 1963) e de construção de alternativas para a produção de habitação popular. Nesse sentido, a experiência referencial de Cajueiro Seco, então em curso no Estado, era trazida como matéria de discussão (BORSOI, 1963) e inspiração para a pauta discutida no seminário. A política então apresentada visava

a possibilitar um mínimo de atendimento aos grandes grupos marginais das nossas populações, através de uma nova política social do mocambo, autêntica, e ajustada aos objetivos populares do atual Governo do Estado de Pernambuco. Isto, pelo menos, até que novas reformas estruturais da economia brasileira venham permitir a transformação da paisagem humana do Nordeste (GUERRA, 1963, p. 7).

Gildo Guerra exilou-se no Chile após o golpe de 1964 (SOUZA, 2008).

A partir dessa exploração – ainda restrita – de alguns dos participantes do Seminário de Habitação e Reforma Urbana, é possível perceber como o evento foi resultado e lugar de articulação de diversas redes políticas e profissionais que buscavam construir no Brasil a reforma urbana como campo político próprio.

⁵⁷ Embora haja referências de que ele teria cassado pelo AI-1 seu nome não consta da lista do Ato n. 1, de 10 de abril de 1964 (ATO, 1964).

À guisa de conclusão

A construção da pauta da reforma urbana no Brasil mobiliza processos e conceitos de diferentes temporalidades e intensidades. De forma geral, a agenda reformista abarca movimentos que, emergindo no século XIX, são problematizados de forma concentrada em países europeus na virada do século XX e marcarão o seu decorrer, reformulados ou reconfigurados, uma vez que permanecem as questões sociais que os geram. Por sua vez, sua tradução em política vai oscilar, via de regra, entre perspectivas mais conservadoras (reformas para potencializar as lógicas econômicas e sociais e evitar a revolução), perspectivas propriamente reformistas (reformas como caminho pacífico para o socialismo) e perspectivas revolucionárias (reformas como meio, revolução como fim), podendo haver diversos tipos de combinação entre elas. Já seus desdobramentos em política pública vão progressivamente organizando uma pauta reformista que congrega princípios e modos de gestão. No que se refere à cidade, impõem-se a função social da propriedade, o combate à especulação fundiária e imobiliária e o controle social, com conselhos e outras formas de participação.

Para o Brasil, como visto até aqui, pode-se sugerir que alguns desses elementos se incorporam precocemente a uma agenda estatal, desde os anos 1920, com grande intensificação nos anos 1930 e, sob outras condições de possibilidades, já com registro importante da ação da sociedade civil, nos anos 1960. Ainda nesse sentido, a experiência da revolução cubana, que explicita a dimensão urbana dos processos reformistas, através da formulação do conceito de reforma urbana, e a ação internacionalizada dos partidos comunista e socialista, em diversos registros, parecem assegurar a permanência, atualização e reconfiguração dessa pauta, particularmente nos países da América Latina e no Brasil, em especial, mas não apenas nestes.

Tomando o s.HRu como uma das empirias do processo, é possível (ainda que preliminarmente) delinear uma trama da reforma urbana, constituída por uma problematização coletiva e confluyente da cidade como espaço de vida a ser equacionado na perspectiva da “democracia e da justiça social” (ARQUITETURA, 1963a, p. 19), por meio da atuação de lideranças, profissionais e instituições de diferentes tipos, históricos e horizontes. Ao lado dos arquitetos, propositores do seminário, comparecem, entre outros, lideranças sindicais, políticos de diferentes partidos, assistentes sociais, urbanistas, sociólogos, economistas, indicando a polarização que a questão urbana assumiria a partir de então seja na perspectiva técnica, seja na perspectiva política. Assim, tendo a cidade como epicentro, estava em curso todo um movimento imantado por possibilidades de transformação social e política que buscassem superar as profundas injustiças e desigualdades a que estava submetida grande parte da população.

A interrupção violenta do processo, trazida pelo golpe militar de 1964, vai desarticular e fazer submergir essas experimentações sociais, interrompendo drasticamente um processo de construção ainda frágil da democracia, da república e da justiça, das quais a cidade brasileira buscava ser parte e expressão.

Mas a liberdade é a doçura da vida, como dizia um dos boletins sediciosos da Conspiração dos Alfaiates: a busca dessa cidade permanece e reflorescerá.

Referências

- ARQUITETURA. Seminário da Habitação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro, n. 12, jun. 1963.
- ARQUITETURA. S.Hru Seminário da Habitação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro, n. 15, jul. 1963a.
- DUTRA, Assis. Clidenor de Freitas Santos: um gênio miguel-alvense. *Blog do Assis*, 23 fev. 2013. Disponível em: <<https://assisdutrablog.wordpress.com/2013/02/23/clidenor-de-freitas-santos-um-genio-miguel-alvense/>>. Acesso em: 19 abr. 2018
- ATO do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de abril de 1964. *Legislação informatizada*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>>. Acesso em: 07 jun. 2018.
- BALANÇO de direção apresentado pelo Comitê Central ao V Congresso do PCB. 1960. Disponível em: <<https://fdinarcocoreis.org.br/fdr/2012/06/27/balanco-de-direcao-apresentado-pelo-comite-central-ao-v-congresso-do-pcb-1960/>>. Acesso em: ago. 2018.
- BERNSTEIN, Eduard. *The Preconditions of Socialism*. Cambridge: Cambridge Texts in the History of Political Thought, 1993. (Trabalho original publicado em 1899). Disponível em: <<https://rosswolfe.files.wordpress.com/2016/02/eduard-bernstein-the-preconditions-of-socialism-1897-1899.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BOLÍVIA. Decreto Supremo n. 3819, 27 de agosto de 1954. Disponível em: <<https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-3819.xhtml>>. Acesso em 17 maio 2018.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. *Vitruvius: Arqutextos.*, São Paulo, n. 120.02, maio 2010.
- BORSOI, Acácio Gil. *Experiência Piloto de Auto-Construção: Cajueiro Sêco*. Pasta Experiência Piloto de Auto-Construção, Acervo s.HRu, FAU-USP, 1963.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1934.
- BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1946.
- BRASIL. Projeto de Lei 1.911/60. Estabelece o Plano Nacional de Habitação, cria a Superintendência Nacional da Habitação e institui o Fundo Nacional de Habitação. Câmara dos Deputados, 1960.

BRAUDEL, Ferdinand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História*, v. 30, n. 62, jun. 1965. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 17 jun. 2018

BRITO F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. L. The Brazilian recent urbanization and the urban conurbations. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION (IUSSP), 24., 2001, Salvador. *Anais...* Salvador: IUSSP, 2001. Disponível em: <http://www.ernestoamaral.com/docs/papers/OSF2001.pdf>. Acesso em 23 maio 2018.

CARONE, Edgard. A II Internacional e seus congressos. (1889-1891). *Revista novos rumos*, n. 20, v. 6, 1991. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/carone/1991/04/congressos02.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CENTRO CARIOCA. *Primeiro congresso brasileiro de urbanismo (20-27 de janeiro de 1941)*. Rio de Janeiro: Departamento de Urbanismo do Centro Carioca, 1948.

CEPEDA, Norival Albergaria; MARTIN, Maria Aparecida Fernandes. *MASP, 1970: o Psicodrama*. São Paulo: Ágora, 2010.

CHOAY, Françoise. *Urbanismo: utopias e realidades*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

CLIDENOR DE FREITAS [verbete]. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/clidenor-de-freitas-santos>. Acesso em: 14 maio 2018.

COHEN, Jean-Louis. *O futuro da Arquitetura desde 1889: uma história mundial*. São Paulo: Cosac-Naify, 2013.

COMISSÃO da Verdade. Ficha individual de Rodrigo Brotero Lefèvre. A Universidade de São Paulo durante o regime autoritário. São Paulo: USP, 2015. Elaboração de Nathália Regina Pinto. Disponível em: <http://sites.usp.br/comissaodaverdade/wp-content/uploads/sites/59/2015/07/Rodrigo-Brotero-Lefevre.pdf>. Acesso em 15 maio. 2018.

CORRÊA, Larissa Rosa. A “greve dos 700.000”: negociações e conflitos na justiça do trabalho – São Paulo, 1963. *História Social*, Campinas, n. 14-15, p. 219-236, 2008.

CUBA. Ley de Reforma Urbana, de 14 de octubre de 1960. Disponível em: <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/boletin-derecho-comparado/article/view/9664/8749>. Acesso em: 15 maio 2018.

DROIN, Nathalie. Aux Origines du Socialisme Municipal: César de Paepe. *Revue Française d’Histoire des Idées Politiques*, n. 42. Paris: L’Harmattan, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-d-histoire-des-idees-politiques-2015-2-page-167.htm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

EDUARD BERNSTEIN [verbete]. In: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. Wikimedia Foundation, 2016. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Eduard_Bernstein. Acesso em: 10 out. 2016

ELWITT, Sanford. Social Reform and Social Order in Late Nineteenth-Century France: the Musée Social and its Friends. *French Historical Studies*, Spring, v. 11, n. 3, 1980). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/286396?seq=1> \l “page_scan_tab_contents”. Acesso em: 14 abr. 2018

PRIMERA DECLARACIÓN DE LA HABANA [verbete]. In: *ECURED: Enciclopedia colaborativa en la red cubana*. La Habana, 2018. Disponível em: https://www.ecured.cu/Primera_Declaración_de_La_Habana. Acesso em: 07 jun. 2018.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento: São Paulo, 1947-1972*. São Paulo: Edusp, 2005.

FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. In: REZEDE, Vera (Org.). *Urbanismo na era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. 1. ed. Niterói: Editora da UFF / Intertexto, 2012. v. 1, p. 45-70.

_____. A contratação de um plano de urbanismo para a cidade do Salvador. In: FERNANDES, Ana. (Org.). *Acervo do EPUCS: contextos, percursos*, acesso. 1. ed. Salvador: UFBA, 2014. v. 1, p. 27-92.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDO SANTANA [verbete]. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-de-santana>>. Acesso em: 14 maio 2018.

FLORICENO PAIXÃO [verbete]. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paixao-floriceno>>. Acesso em: 14 maio 2018.

FREITAS, Clidenor. Pasta discurso do presidente do IPASE Clidenor de Freitas. Acervo s.HRu, FAU-USP, 1963.

FRIDMAN, Fania. Socialismo romântico e a cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 17., São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%207/ST%207.6/ST%207.6-04.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FRIDMAN, Fania. Notas sobre o Planejamento no Período João Goulart. *Revista Urbana*, Campinas, Unicamp, v. 6, n. 8, jun. 2014. (Dossiê: cidade e habitação na América Latina.)

GEORGE, Henry. *Progress and Poverty: An inquiry into the cause of industrial depressions and of increase of want with increase of wealth. The Remedy*. New York: Robert Schalkenbach Foundation, 1935.

GOULART, João. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo presidente da república na abertura da sessão legislativa de 1963. Brasília, 15 mar. 1963.

GUERRA, Gildo Mário Pôrto. *Política Social do Mocambo, 1963*. Pasta estado de Pernambuco: política habitacional. Acervo s.HRu, FAU-USP

GUNN, Philip. O paradigma da cidade jardim na via fabiana da reforma urbana". In: CORREIA, Telma de Barros (Org.). *Philipp Gunn: debates e proposições em arquitetura, urbanismo e território*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

HARDOY, Jorge; MORENO, Oscar. Primeros pasos de la reforma urbana en América Latina. *Revista de estudios urbano regionales*, v. 2, n. 4, 1972.

IMPRESA POPULAR. Rio de Janeiro, 11 jan. 1952.

_____. Rio de Janeiro, 06 jul. 1954.

_____. Rio de Janeiro, 13 maio 1955.

_____. Rio de Janeiro, 18 maio 1957. _____. Rio de Janeiro, 22 ago. 1957.

INTERNATIONAL SOCIALIST CONGRESS. Amsterdã, 1904. *Socialist Standard*, set. 1904. Disponível em: <<https://www.worldsocialism.org/spgb/socialist-standard/1900s/1904/no-1-september-1904/international-socialist-congress-1904>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

INTERNATIONAL SOCIALIST CONGRESS, Paris 1900 [verbete]. In: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/International_Socialist_Congress,_Paris_1900>. Acesso em 10 jan. 2018.

IPEA. O Brasil em 4 décadas. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf>. Acesso em: 17 junho 2018.

KINGDON, John. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2. ed. [s.l.]: Longman Classics, 2002.

KORNIS, Monica; MONTEIRO, Débora Paiva. O movimento sindical urbano e o papel do CGT. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2017. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_movimento_sindical_urbano_e_o_CGT>. Acesso em: 03 maio 2018.

KORNIS, Monica. Pacto de Unidade Intersindical (PUI) [verbete]. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/pacto-de-unidade-intersindical-pui>>. Acesso em: 03 maio 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. Marxismo e Reformismo. Transcrito por Manuel Gouveia. In: _____. *Obras Escolhidas*. [s.l.]: Avante!, 1986, t. 2, p. 115-118. (Trabalho original publicado em 1913). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1913/09/12.html>>. Acesso em: 10 jan. 2018

LUXEMBURGO, Rosa. *Social Reform or Revolution*. London: Militant Publications, 1986. (Trabalho original publicado em 1900). Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm. Acesso em: 30 nov. 2017

MARX, Karl. Glosas marginais ao programa do Partido Operário Alemão. Transcrito por Fernando A. S. Araújo. In: _____. *Obras Escolhidas* [em três tomos]. Tradução: José Barata-Moura. Lisboa/Moscovo: Avante!, 1982. (Trabalho original publicado em 1890-1891). Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/gotha.htm>>. Acesso em: 06 out. 2016.

MR. S. A. VENING MEINESZ [verbete]. Disponível em: <https://www.parlement.com/id/vg09llbk-zkzo/s_a_vening_meinesz>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MENDES, Jussara Maria Rosa. Seno Cornely por inteiro: sua presença, suas marcas, seu legado. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, n. 27, 2011.

MOYA, Ignacio Duce Sánchez de. La reforma urbana en Cuba. *Revista de administração pública*, n. 69, p. 441-459, 1972. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2111749>>. Acesso em: 21 maio 2018.

O SEMANÁRIO: Órgão oficial da Frente Parlamentar Nacionalista. Rio de Janeiro, 6-13 nov. 1958. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br>>. Acesso em 15 maio 2018.

O SEMANÁRIO: Órgão oficial da Frente Parlamentar Nacionalista. Rio de Janeiro, 14-21 jul. 1961. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br>>. Acesso em 15 maio 2018.

PEOPLE'S BUDGET [verbete]. In: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/People%27s_Budget>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RESOLUÇÃO política do V Congresso do PCB, 1960. Disponível em: <<https://pcb.org.br>>. Acesso em 19 abr. 2017.

RIBEIRO, Cecilia; PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. *Vitruvius: Arquitectos*, São Paulo, n. 109.07, jun. 2009.

SECOND International [verbete]. In: WIKIPEDIA: The Free Encyclopedia. Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Second_International>. Acesso em: 10 jan. 2018.

SILVA, Suely Braga da. O Brasil de JK. 50 anos em 5: o Plano de Metas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2017. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 03 maio 2018.

SOUZA, Diego Beja Inglez. *Reconstrução de Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco*. 2008. Dissertação (Mestrado). FAU-USP, São Paulo, 2008.

SPOSATI, Aldaíza. Parceria da Igreja com o Poder Público. In: COMISSÃO CENTRAL DO SEMINÁRIO DA CARIDADE. *Presença da Igreja na Cidade de São Paulo: ação social e testemunho de caridade e solidariedade*. São Paulo: Loyola, 2001.

SUÁREZ PÉREZ, Eugenio; CANERROMÁN, Acela. A 55 años de la Ley de Reforma Urbana: Cumplido el programa del Moncada. In: *GRANMA: Órgano oficial del comité central del Partido Comunista de Cuba*, 14 out. 2015. Disponível em: <<http://www.granma.cu/cuba/2015-10-14/cumplido-el-programa-del-moncada>>. Acesso em: 21 maio 2018.

SUÁREZ PÉREZ, Eugenio. Hace 50 años, la Primera Declaración de La Habana: Una asamblea general del Pueblo. *Cubadebate: Contra el terrorismo mediático*, La Habana, 29 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/opinion/2010/08/29/hace-50-anos-la-primera-declaracion-de-la-habana-una-asamblea-general-del-pueblo/#.W09YcNJKhPY>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

TOPALOV, Christian (dir.). *Laboratoires du Nouveau Siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France (1880-1914)*. Paris: Editions de l'EHESS, 1999.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?. Tradução: Maria Cristina da Silva Leme. *Espaço e Debates*, São Paulo, NERU, n. 34, 1991.

TREFFTZ, E.. 50 años de la ley de reforma urbana en Cuba. En el aniversario del cambio de paradigma. *Revista INVI*, v. 26, n.72, p. 19-62, 2011.